

Inflação de 8% e reservas cambiais de US\$ 8,2 bilhões: bons resultados para a Nova República.

Os números foram divulgados pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, numa entrevista que promete repetir todos os meses para prestar contas de como o governo gasta o dinheiro público.



O governo Tancredo Neves deverá conseguir, neste primeiro mês de administração, bons resultados na área econômica: a inflação pode ficar abaixo dos 8% (contra 12,6% em março) o superávit comercial passaria de US\$ 1 bilhão e as reservas cambiais já alcançam mais de US\$ 8,2 bilhões. Mas o déficit público continua sendo um grande problema. No mês passado, o governo teve de fazer a colocação de Cr\$ 2.559 bilhões em títulos públicos para financiar este déficit, além de retirar Cr\$ 309 bilhões de circulação.

Os números foram fornecidos ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, numa entrevista que ele promete repetir todos os meses, com o propósito de deixar a sociedade ciente de como o governo está gastando os recursos públicos. Ao mesmo tempo, sabe-se que as autoridades estudam medidas de aumento da carga tributária, tendo em vista a cobertura do déficit público deste ano, estimado pelo ministro do Planejamento, João Sayad, em Cr\$ 53 trilhões. No momento a dívida pública interna é estimada em Cr\$ 130 trilhões.

Segundo fontes governamentais, examina-se a tributação sobre heranças, idéia que já tinha sido levantada quando Dornelles era secretário da Receita Federal e Karlos Rischbieter, ministro da Fazenda, isto logo no início da gestão Figueiredo. De qualquer modo, Dornelles salientou que qualquer providência só será adotada após amplo debate pela sociedade.

Em pronunciamento feito durante a entrevista, Dornelles lembrou o compromisso de Tancredo Neves para a retomada do crescimento, com a criação de empregos. Lembrou ainda a afirmação de

Tancredo de que "nenhum processo econômico poderia ser sustentado em bases sólidas sem a reversão do processo inflacionário, o saneamento financeiro do setor público e o equilíbrio das contas externas".

Medidas corretivas

No mesmo sentido, recordou Dornelles, manifestou-se o presidente em exercício, José Sarney, que determinou um completo levantamento da situação de cada órgão do governo. Mas autoridades iniciaram seu trabalho dentro de um quadro de incertezas: "Existia a iminência de uma explosão da base monetária, que podia elevar e criar a expectativa de uma hiperinflação. Existia também uma incerteza sobre o desempenho do setor externo. E se notou, desde logo, que havia uma distribuição inadequada de créditos por parte dos bancos oficiais, em relação às prioridades de investimentos. Existia também um movimento especulativo de preços, em decorrência de expectativas de alta taxa de inflação".

Em consequência, foi preciso adotar "imediatamente algumas medidas monetárias e fiscais corretivas; foi-se obrigado a redirecionar o crédito de entidades oficiais; foi necessário fortalecer os controles na área do setor público e estabelecer um controle de preços". Os primeiros resultados positivos dessas medidas são o controle da base monetária e a desaceleração inflacionária, sem prejuízo do bom desempenho da balança comercial.

Informou que até meados de junho, dentro do prazo de 90 dias fixado pelo presidente Sarney, já deverão estar definidos os recursos para financiar o déficit público este ano, garantindo-se, ao mesmo tempo, as verbas indispensáveis para as áreas prioritárias: agricultura, exportação e programas sociais.

Neste ponto, salientou não ser contrário a esses programas. Disse que esta é a área própria de atuação do Estado, que deixaria de atuar como empresário, dando mais atenção à educação, saúde, saneamento e segurança pública:

— Temos de acabar com essa idéia de Estado-empresário, em que todos os recursos obtidos dos contribuintes, ao em vez de serem aplicados em setores próprios do Estado, são desviados para empresas estatais ou em setores onde o setor privado é sempre mais eficiente.

Insistiu em que cabe à sociedade determinar as prioridades de aplicação do dinheiro público. "A responsabilidade do Ministério da Fazenda é mais no campo da obtenção dos recursos e da administração desses recursos". Por exemplo, em março o governo aplicou Cr\$ 176 bilhões em subsídios ao trigo. Caberia à comunidade decidir se é preferível destinar este dinheiro ao financiamento de alimentos básicos como feijão, arroz, milho e mandioca, como pretende o ministro da Agricultura, Pedro Simon.

Dornelles já solicitou ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, as providências cabíveis, por "apropriação indébita", contra os bancos do Nordeste e na Amazônia, que não recolheram em março o Pin/Proterra, causando problemas ao Tesouro.

Salientou que o governo gastou Cr\$ 1,484 trilhão pagando a dívida de empresas estatais, municípios e Estados no Exterior, porque eles não honraram o débito. E anunciou que já mandou o Banco do Brasil e o Banco Central bloquear as contas dos inadimplentes, salientando que a orientação é pagar prioritariamente os credores externos.

Ele concorda com o ministro João Sayad, em que não se pode

continuar utilizando a dívida pública para financiar o déficit, mas reiterou que "num primeiro momento" ainda vai confiar na diretriz de que é "proibido gastar".

"Administrar o caos"

Confirmou que encontrou a economia em situação muito difícil, mas evitou críticas ao governo passado: "Uma análise histórica de todos os ministros que assumiram a Fazenda mostra que eles sempre anunciavam que encontraram o caos. E agora é administrar esse caos. A situação é difícil, mas vamos restabelecer ordem na casa, para fazer a economia crescer, reduzir a inflação e acertar as contas externas".

O ministro da Fazenda insistiu em que a imposição do controle de preços teve o objetivo de desestimular as perspectivas de inflação de 300 e até 400% e evitar as constantes remarcações de preços. Ele prevê que a inflação de abril ficará abaixo de 8%.

— Mas esse índice — observou — ainda é motivo de tristeza para qualquer ministro da Fazenda. Em país de economia equilibrada, 8% é taxa anual de inflação. E eu só ficarei satisfeito quando ela for zero. Por isso, vai ser feito todo o possível para jogar a inflação no chão.

Disse que continua examinando todas as propostas para melhorar o desempenho da economia, e no prazo de 90 dias, fixado pelo presidente da República, terá o esboço da nova política econômico-financeira.

Anunciou que no dia 25 estará nos Estados Unidos, para contatos preliminares com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o presidente do Federal Reserve, Paul Volker, e o presidente do Banco Mundial, A. E. Clausen. A renegociação da dívida externa começará em maio.